

COLIGAÇÃO: “FORÇA DO POVO”
PROPOSTA DE GOVERNO
TOCANTINS: COMPROMISSO COM O CRESCIMENTO,
OPORTUNIDADE E IGUALDADE

Em 9 de setembro de 2009, o Tocantins chegou ao ápice de uma crise institucional que levou o então presidente da Assembleia Legislativa, Carlos Henrique Gaguim, a assumir interinamente o Governo do Estado. Um mês depois, atendendo à ordem constitucional, Carlos Gaguim foi eleito de forma indireta com 22 dos 24 votos do colégio eleitoral, formado pelos deputados estaduais, representantes de praticamente todas as forças políticas do Tocantins.

Com o apoio do Governo Federal, dos partidos políticos, das demais instituições e dos Poderes do Estado, da sociedade, dos empresários e dos servidores, e apesar do pequeno espaço de tempo, logo foi atingida a normalização da administração, possibilitando a retomada da confiança no Governo e dos investimentos em áreas essenciais para o desenvolvimento de modo sustentável que beneficiaram diretamente o povo do Tocantins.

Embora as demandas mais urgentes, como a regularização das dívidas e do fluxo de pagamentos e a retomada de obras e serviços, tenham sido atendidas, outras necessidades, principalmente na área social e no desenvolvimento econômico, ainda precisam da contribuição de um Governo comprometido com estes objetivos. Em um mandato de apenas poucos meses, tal resultado não pode ser alcançado.

Um novo mandato deste Governo nos fará avançar de forma consistente e acelerada, na luta para reduzir as desigualdades sociais ainda existentes e que resultam em falta de oportunidades, pobreza e fome. Para que se efetive a redução das desigualdades, se faz necessário a ampliação da oferta de serviços sociais ao povo, como educação, saúde, segurança pública e oportunidade de trabalho e geração de renda. Estes objetivos serão alvos prioritários da ação governamental.

Para atender de maneira eficiente a estas necessidades, o Governo precisa promover a reestruturação da máquina administrativa, focando-a

em resultados públicos, concretos e mensuráveis, evitando o desperdício de recursos financeiros e humanos.

Estes são os compromissos que, publicamente, assumem os partidos da coligação **“FORÇA DO POVO”**, formada pelo PMDB, PT, PP, PDT, PSB, PPS, PSL, PSDC, PHS, PCdoB e PRP e os seus candidatos, liderados por Carlos Gaguim. A pluralidade de partidos políticos que apóiam esta Proposta de Governo responde pelo espírito democrático que norteará as suas ações. Esta pluralidade é importante porque ela tende a representar todos os segmentos da sociedade.

O conjunto de ações que integram a Proposta de Governo da coligação **“FORÇA DO POVO”** respalda o compromisso dos partidos políticos com os anseios dos tocantinenses e está sustentado em três grandes pilares: **DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E GESTÃO PÚBLICA**. Eles possibilitarão o atendimento das demandas da sociedade.

As políticas adotadas pelo Governo deram normalidade ao funcionamento da máquina pública e às relações com a sociedade. Elas permitiram, também, a retomada do desenvolvimento sustentável, condição indispensável para que possamos avançar no crescimento econômico, bem-estar social, democratização política e integração nacional.

Pelas obras executadas e serviços realizados no curto espaço de tempo do seu Governo, Carlos Gaguim já demonstrou a firmeza do seu compromisso com um destino melhor para o nosso Estado: um futuro próximo que reduza a pobreza e exclusão, que respeite os princípios democráticos, que modernize as instituições públicas, que engrandeça a cidadania, que possibilite o desenvolvimento e que, de verdade, garanta ao Tocantins e ao seu povo o lugar que de fato merecem.

Para alcançar estes objetivos, é que Carlos Gaguim reafirma seu compromisso com os tocantinenses, apresentando a sua Proposta de Governo – **“TOCANTINS: COMPROMISSO COM O CRESCIMENTO, OPORTUNIDADE E IGUALDADE”** – estruturada nos três referidos pilares, divididos em objetivos estratégicos que representam, também, o compromisso do PMDB, dos partidos aliados, dos movimentos da sociedade civil organizada, das entidades de classe, da iniciativa privada

e de todos aqueles que estão dispostos a trabalhar pela continuidade e incremento das ações deste Governo.

CARLOS GAGUIM

TOCANTINS: COMPROMISSO COM O CRESCIMENTO, OPORTUNIDADE E IGUALDADE

O NOVO TOCANTINS:

Além das medidas emergenciais adotadas pelo novo Governo, que permitiram ao Estado sair da estagnação, Carlos Gaguim fez realizar um preciso diagnóstico, não só da Administração como também do cenário sócio-econômico estadual.

Posteriormente, este diagnóstico foi aprofundado e subsidiou a formulação do Planejamento Estratégico do Tocantins – PET, instrumento elaborado pelos gestores e técnicos do Governo e com a participação de representantes da Indústria, do Comércio, do Agronegócio, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e do SEBRAE.

O PET contempla um horizonte de 30 anos, situação que ultrapassa a dimensão de simples ação de governo para significar de fato a adoção de uma verdadeira política de Estado. Neste ponto, é importante ressaltar que, o nosso compromisso com o povo tocantinense transcende qualquer aspecto ideológico ou partidário.

A partir deste Planejamento Estratégico, definimos também as prioridades para os próximos quatro anos que, divididas nos três grandes pilares, serão a seguir explicitadas.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

A emancipação política e administrativa do nosso Estado, há 22 anos, resultou em mais que a obtenção de autonomia para que os tocantinenses decidissem o próprio destino, mas também no recebimento de um passivo social histórico, decorrente da condição de região distante e esquecida do governo central de Goiás.

A redução das desigualdades sociais existentes no nosso Estado é ainda a maior dificuldade para o estabelecimento de uma sociedade que

prime pelo bem-estar dos seus cidadãos, e é o fator determinante para que o candidato Carlos Gaguim e seus aliados escolhessem o **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** como primeiro e principal pilar da Proposta de Governo.

SAÚDE:

No curto espaço do seu governo, Carlos Gaguim tomou uma série de medidas que provam a sua preocupação com a saúde do povo tocantinense: comprou e já está entregando ambulâncias para cada um dos 139 municípios, intensificou a compra de medicamentos e equipamentos hospitalares, investiu na contratação e qualificação dos profissionais da saúde, autorizou a construção de 28 clínicas da mulher que serão entregues às tocantinenses ainda neste ano.

Os principais indicadores na área da saúde do nosso Estado ainda apresentam números muito próximos dos existentes nos demais Estados da Região Norte. Aproximar o Tocantins dos Estados mais desenvolvidos da Federação e trabalhar para cumprir as Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), relativas à redução da mortalidade infantil e melhoria da saúde materna, constituem a principal preocupação deste Governo e, por isso, concentrarão parte substancial dos investimentos da saúde.

Para reduzir consideravelmente o número de crianças tocantinenses que morrem antes de completar um ano de vida, este Governo investirá na ampliação da rede de atendimento de saúde no Estado, por meio da construção de dois hospitais regionais, sendo um em Araguaína e outro em Gurupi e aumentará a capacidade de atendimento do Hospital Infantil de Palmas, bem como reestruturará os hospitais regionais de 14 municípios.

Base da família, a mulher continuará a receber cuidados especiais com a construção de Clínicas da Mulher nos 139 municípios. As clínicas oferecerão acompanhamento pré-natal, exames preventivos de oncologia e de DST, parto humanizado, pós-natal, com acompanhamento do recém-nascido até o desenvolvimento da criança na primeira infância. Tais ações cooperarão para diminuir o índice de mortalidade materno-infantil.

Melhorar o planejamento e a gestão do setor, mediante a valorização do profissional da saúde, investindo na formação continuada dos seus quadros e na realização de novos concursos públicos, melhorar e ampliar o acesso dos usuários ao Programa Saúde da Família, diminuir a desigualdade regional na prestação dos serviços, promovendo uma maior integração entre as secretarias municipais de saúde e a Secretaria Estadual e ainda, estabelecer metas, constituem diretrizes que nortearão as políticas e ações de saúde do Estado.

Dentre as metas de Governo para a área da saúde, ainda, listamos:

- ✓ Ampliar em 200 o número de leitos e implantar o serviço de radioterapia no Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres;
- ✓ Construir um Hospital de Urgência e Emergência em Palmas (Pronto-Socorro);
- ✓ Construir e equipar oito Centros Integrados de Referência Ambulatorial Especializada de Alta Complexidade nos Municípios de Araguaína, Augustinópolis, Dianópolis, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional;
- ✓ Incluir o Estado na Rede de Hospital de Reabilitação do Sarah Kubitschek;
- ✓ Implantar o serviço de hemodiálise e diálise peritoneal na UTI neonatal em Palmas;
- ✓ Implantar o ambulatório de nefrologia no Hospital Infantil de Palmas;
- ✓ Repassar recursos aos hospitais de pequeno porte em 23 municípios;
- ✓ Ampliar o quadro de servidores da saúde, mediante a realização de concurso público, oferecendo vagas para médicos e profissionais especializados.

EDUCAÇÃO:

A pobreza ainda existente no Brasil e também no nosso Estado decorre, principalmente, da escassez de oportunidades de desenvolvimento

pessoal. As limitações de acesso à educação e à formação profissional com qualidade representam o verdadeiro obstáculo a ser vencido rumo à prosperidade e à cidadania plena.

Diagnóstico da situação encontrada na área da educação no Tocantins permitiu ao Governo identificar os seguintes gargalos: frota de transporte escolar em estado precário, número significativo de prédios escolares precisando, com urgência, de reformas, conclusão ou ampliação, necessidade de se construir novas unidades escolares, déficit de professores e de equipamentos escolares. Toda essa situação, dificultando ou mesmo impedindo o acesso a educação em prejuízo do futuro dos nossos jovens.

A Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS passava por grave crise pedagógica e de gestão, ao ponto de ter os seus cursos a distância descredenciados pelo Ministério da Educação, prejudicando milhares de alunos no Estado e no Brasil.

Na área de ciência e tecnologia, os investimentos e incentivos não se davam nos volumes adequados, indicativo da necessidade de reformular as políticas e práticas para o setor.

O quadro descrito determinou, entre outras, as seguintes ações do Governo de Carlos Gaguim: entrega de pelo menos dois ônibus escolares para cada um dos 139 municípios, reforma ou ampliação de 269 escolas, construção de mais 10 novas unidades escolares, aquisição de 140 parques infantis, 12.800 mesas e carteiras escolares, 123 fanfarras escolares, 12.000 *softwares* escolares, homologação de concurso público, nomeação e posse dos professores aprovados, concessão de reajuste salarial e alteração nas regras de progressão funcional dos profissionais da educação e aplicação de 22.500 treinamentos para os profissionais da educação.

Reestruturar a UNITINS, e retomar a sua credibilidade, passou a ser prioridade do Governo na área da Educação. Para isso, Carlos Gaguim fez realizar um levantamento preciso que indicasse todas as pendências e entraves ao funcionamento e crescimento da Universidade. Graças ao bom relacionamento com o Governo Federal, conseguiu o aporte de recursos, reformulou o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos servidores e, após ter cumprido todas as recomendações do MEC, este Governo obteve o recredenciamento da UNITINS para o Ensino a

Distância. A Universidade agora está integrada à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pronta para oferecer cursos universitários gratuitos e de qualidade. Além de oferecer cursos presenciais e gratuitos, já no segundo semestre deste ano, a UNITINS disponibilizará 160 vagas para os cursos de Direito, Engenharia Agrônômica, Serviço Social e Sistema de Informações. O Governo Carlos Gaguim já destinou área para a construção da sede da UNITINS AGRO, que funcionará como ferramenta importante em pesquisas voltadas ao melhoramento do agronegócio.

As ações de ciência e tecnologia receberam o aporte de R\$ 16 milhões do Tesouro estadual para a concessão de bolsas de graduação, pós-graduação e pesquisa.

O Tocantins conseguiu avançar no acesso à educação fundamental. No entanto, o Governo precisa atuar fortemente para manter esses alunos na escola até a conclusão do Ensino Médio. E, para aumentar este indicador, o caminho mais utilizado pelos estados e países que conseguiram avançar na Educação é a ampliação da jornada escolar para, no mínimo, seis horas, no turno diurno, em todas as unidades, e ainda a implantação de escolas de tempo integral.

Para melhorar o desempenho e os indicadores da educação no Tocantins, este Governo pretende executar, entre outras, as seguintes ações: construir 20 escolas de tempo integral, ampliar outras 190 unidades escolares, aumentar em 6.600, por ano, o número de alunos que concluem o Ensino Médio, reduzir em 20% o número de pessoas analfabetas acima de 25 anos e construir cinco escolas de ensino profissionalizante para atender à demanda dos pólos industriais e agropecuários.

Os recursos destinados para bolsas de graduação, pós-graduação e pesquisa serão aumentados em, pelo menos, mais 50% e ultrapassarão, já no exercício de 2011, o valor de R\$ 25 milhões.

No ambiente educacional, as ações de inclusão digital serão incrementadas com a disponibilização de 12.000 computadores aos professores da rede estadual, mediante comodato, que poderão utilizar os equipamentos de forma otimizada mediante a implantação de internet banda larga nos 139 municípios.

O Sistema Educacional do Estado dará especial atenção ao desporto e à cultura, contando, inclusive, com o concurso de outras áreas do Governo.

A integração entre as escolas das redes estadual e municipal, com as atividades sócio-educacionais desenvolvidas pela Fundação Pioneiros Mirins, será intensificada.

A seguir, mais algumas ações previstas para a área da Educação:

- ✓ Atingir o IDEB 4.9 para o 1º ao 5º ano; 4.6 para o 6º ao 9º e 4 para o Ensino Médio;
- ✓ Entregar outros 160 ônibus escolares;
- ✓ Instalar ar-condicionado em todas as salas de aula da rede estadual;
- ✓ Implantar 55 laboratórios de informática nas escolas da rede estadual;
- ✓ Substituir 32 escolas, construídas com placas de concreto, para o modelo padrão da rede estadual;
- ✓ Construir 35 bibliotecas em escolas da rede estadual;
- ✓ Construir oito sedes para as Diretorias Regionais de Ensino;
- ✓ Criar o Instituto de Pesquisa em Agroenergia e Biocombustível na região Nordeste;
- ✓ Criar o Parque Tecnológico do Tocantins na região central;
- ✓ Disponibilizar, nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi, sinal gratuito de internet sem fio – Projeto Cidades Digitais;
- ✓ Ampliar a concessão de créditos educativos para os estudantes carentes, por meio do Proeducar, para 4.000 beneficiados.

SEGURANÇA PÚBLICA:

Os exemplos de sucesso na condução da segurança pública, tanto no Brasil como no mundo, trazem consigo uma fórmula quase única: integrar as instituições de segurança pública e efetivar a democratização

e participação da sociedade, aproximando do cidadão o aparelho de segurança. Nos lugares onde a polícia deixou de ser temida e passou a ser vista como parceira, os índices de violência diminuíram.

Desde que assumiu o Governo, Carlos Gaguim executou medidas que tiveram impacto nas ações da segurança pública. As primeiras foram a solução de duas questões que há mais de dez anos se arrastavam: o pagamento das indenizações aos policiais e bombeiros militares e a equiparação salarial dos policiais e bombeiros militares com o piso salarial do Estado de Goiás. Outras ações foram executadas para tornar a segurança pública mais eficiente, como o reaparelhamento das Polícias Militar e Civil, por meio da aquisição de viaturas, motocicletas, armamentos e equipamentos, e um helicóptero com previsão de entrega até dezembro de 2010. Os servidores da Polícia Civil tiveram seu Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios revisados.

O novo Governo dará prioridade ao estreitamento das relações entre as polícias e a sociedade, por meio dos Conselhos de Segurança Comunitária, e efetivará a Polícia Comunitária. Também procederá ao aparelhamento da Polícia Científica e ao desenvolvimento de um amplo programa de aprimoramento profissional.

O combate ao tráfico de drogas, especialmente o crack – em franca expansão no Tocantins – representa uma preocupação constante do Governo. A solução para este problema que atinge todo o Brasil passa por um conjunto de ações integradas, que vão da repressão, mas principalmente das ações de inteligência policial. Firmar convênios operacionais com a Polícia Federal e com polícias de outros estados para identificar como e onde funciona a rede do tráfico no Tocantins, é peça fundamental para a atuação eficiente do Estado nesta questão.

Aliada à repressão e à ação de inteligência, o combate ao uso de drogas passa também pela prevenção. O Governo promoverá a conscientização, levando informação, principalmente às crianças, adolescentes e jovens, sobre os riscos e as consequências do uso de substâncias entorpecentes.

A integração com as demais políticas sociais executadas pelo Governo, especialmente nas áreas da Educação, Habitação, Saúde, Trabalho, Juventude e Inclusão Social, e, ainda, o incremento de recursos aos

Conselhos irão potencializar o combate e a prevenção ao consumo de drogas.

Sobre a situação carcerária, o Governo promoverá a construção de novos presídios e cadeias e reforma dos já existentes e investirá num amplo programa de ressocialização dos detentos.

Entre outras, as metas prioritárias para a Segurança Pública do novo Governo Carlos Gaguim são:

- ✓ Reduzir em 10% o índice de criminalidade do Estado, ao ano;
- ✓ Realizar campanha educativa de trânsito para reduzir o número de acidente com vítimas em todo o Estado;
- ✓ Comprar novos equipamentos e ampliar a frota de veículos e embarcações do Corpo de Bombeiros Militar, para atender melhor a sociedade;
- ✓ Construir o Quartel da 2ª Companhia em Taquaralto;
- ✓ Construir o Quartel da 4ª Companhia em Araguaína;
- ✓ Transformar em Batalhões a 3ª companhia de Gurupi e a da 4ª Companhia de Araguaína;
- ✓ Expandir o atendimento do Corpo de Bombeiros Militar para mais 20 municípios do Estado e Plataformas multimodais da Ferrovia Norte Sul- FNS;
- ✓ Ampliar o efetivo do Corpo de Bombeiros de 450 para 1.247 militares, por meio de concurso público;
- ✓ Construir Cadeia Pública em Araguaína com capacidade para 232 vagas;
- ✓ Construir Penitenciária Masculina com capacidade para 420 vagas, em Palmas;
- ✓ Construir uma Penitenciária Feminina com capacidade para 150 vagas, em Palmas;
- ✓ Construir um Centro de Atendimento Sócioeducativo – CASE, com capacidade para 50 vagas, em Araguaína;
- ✓ Implantar 10 Centros de Referência para atender as mulheres em situação de violência e risco nas diversas regiões do Estado;

- ✓ Implantar o PROCON móvel para atender os 139 municípios.
- ✓ Implantar o Grupo de Operações Penitenciárias – GOPE em Araguaína, Gurupi e Palmas;
- ✓ Ampliar as ações da Polícia Comunitária, com a instalação de Bases Comunitárias e Conselhos de Segurança Comunitária em todos os municípios com população acima de 10 mil habitantes.

HABITAÇÃO:

A cidadania do tocaninense não estará consolidada se o Governo não oferecer condições necessárias para uma moradia digna. O Tocantins é um Estado com densidade populacional em franca expansão, de modo que investimentos do Governo para reduzir significativamente o déficit habitacional precisam ser constantes e progressivos.

O compromisso do Governo Carlos Gaguim é justamente ampliar o acesso dos cidadãos a uma casa própria, de alvenaria e coberta, com rede de saneamento básico e energia elétrica. Vamos priorizar as habitações de interesse social, preferencialmente voltadas para 45% da população tocaninense que atualmente vive na condição de pobreza.

Além de projetar a construção de pelo menos oito mil casas populares por ano, que totalizarão 32 mil unidades habitacionais, o Governo intensificará a busca de apoio junto ao Governo Federal para que amplie o volume de recursos destinados ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, adaptando-o às necessidades dos que mais precisam e da pequena classe média, a fim de que possamos minimizar o número de habitantes sem uma moradia digna.

SANEAMENTO:

Diretamente ligado à moradia digna, o acesso à água de qualidade, residência com rede de esgoto e coleta de lixo são direitos do cidadão. Atualmente, metade da população brasileira não tem acesso a redes de

coleta de esgoto, índice que aumenta para mais de 80% no caso do Tocantins.

Em seu Governo, Carlos Gaguim demonstrou preocupação em melhorar as condições de vida desta grande parcela da população e tomou atitudes para mudar este quadro. A principal delas foi a criação da Aguatins, autarquia criada para levar água de qualidade para, inicialmente, 50 mil famílias dos municípios com menores indicadores sociais do Tocantins.

Por meio da Aguatins, o Governo subsidiará as famílias de baixa renda que consomem pouca água. Os mais carentes terão 100% de sua tarifa subvencionada pelo Governo. Será a **“Bolsa Água”**.

A Aguatins também terá a função de tornar mais eficiente e ágil as parcerias com o Governo Federal, o que ampliará sua capacidade de atendimento à população.

Garantir que cada vez mais pessoas sejam atendidas por saneamento básico é, ao mesmo tempo, investir na Saúde.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER:

A adoção de ações afirmativas para a inclusão das mulheres no processo de desenvolvimento do Estado, a prevenção e repressão à violência sexual e doméstica, a atenção integral à saúde, a fiscalização do cumprimento da legislação que lhes assegura direitos e o incentivo a uma maior participação nos espaços de poder na sociedade e no mercado de trabalho serão paradigmas do Governo Carlos Gaguim.

JUVENTUDE:

Dados do IBGE informam que o Estado tem 19,85% de sua população formada por jovens entre 15 e 24 anos. Tal cenário e a convicção de Carlos Gaguim de que **“cuidar bem dos jovens é a maior garantia para se ter um bom futuro”** foram determinantes para que, nesta Proposta de Governo, se firme o objetivo de fortalecer a Secretaria de

Estado da Juventude, dotando-a de recursos e condições para a completa adoção e operação do Sistema Nacional de Políticas para a Juventude. Também se efetivará a ampliação, a articulação e a integração das ações governamentais voltadas para os jovens relativas à educação, trabalho, saúde, cultura, lazer e esporte.

O Sistema de Saúde do Estado adotará práticas específicas para os jovens, especialmente no que diz respeito ao planejamento familiar, às doenças sexualmente transmissíveis e às drogas.

Centros de Referências da Juventude serão construídos nos 20 maiores municípios. Em um espaço que contará com equipamentos esportivos, bibliotecas, salas de multimídia, auditório, a problemática da juventude será estudada e discutida pelos próprios jovens, com participação de gestores e técnicos do Governo.

Especial ênfase será dada no Orçamento Público para formação educacional e profissional com vista a facilitar o acesso ao mercado de trabalho, área onde destacamos: o aumento crescente por ano do número de jovens beneficiados com a Bolsa estágio; a construção de quatro novas Casas do Estudante nos Municípios de: Colinas do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Tocantinópolis e Miracema do Tocantins; e a Implantação do Cursinho Cidadão para jovens pré-universitários.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA:

O trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil serão firmemente combatidos. A infância e adolescência merecerão cuidados especiais. A Fundação Pioneiros Mirins ampliará e aprofundará suas atividades, dando inclusive prosseguimento às ações de mobilidade dos alunos. O Estado agirá de maneira integrada na aplicação das políticas nacionais da infância e adolescência.

IDOSO:

As políticas a serem estabelecidas terão atenção especial no tocante a melhoria da qualidade de vida e a prevenção de agravos na vida da pessoa idosa. O fortalecimento do convívio familiar e a vida em sociedade, por meio da inserção do idoso em programas que possibilitem o acesso a serviços, à cultura, ao lazer e à atividade física, é meta a ser alcançada. O Estado atuará incisivamente na garantia dos direitos da pessoa idosa, trabalhando na formação de pessoal especializado e no desenvolvimento de políticas de humanização do atendimento ao idoso.

MINORIAS:

As políticas do Governo Federal relativas aos Povos Indígenas, aos Quilombolas e o respeito à autonomia de orientação sexual serão observadas e integralmente aplicadas pelo Governo Carlos Gaguim.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL:

Consciente de que políticas para atração de empresas privadas ao Tocantins precisam ser intensificadas, Carlos Gaguim empreendeu missão oficial à China, nosso segundo maior parceiro comercial, visando atrair a instalação de indústrias de diversas áreas, além de apresentar a investidores e grupos empresariais os potenciais que o Tocantins oferece.

Tendo por pontos fortes de sua economia o setor agropecuário, o setor de serviços e o setor público, o nosso Estado precisa, para que possamos alcançar um círculo virtuoso de desenvolvimento e, assim, reduzir as desigualdades regionais, desenvolver políticas integradas a partir de amplo e profundo diagnóstico de suas potencialidades de modo a oportunizar investimentos públicos e privados, trabalho e renda.

A primeira versão deste diagnóstico, sob a forma do Planejamento Estratégico do Tocantins – PET, contempla a infraestrutura de desenvolvimento econômico, priorizando os setores: agropecuário, indústria de transformação, recursos hídricos, energético, biodiversidade, telecomunicação e logística de transportes.

Com base nesta infraestrutura de desenvolvimento econômico, disposta no PET, o Governo identificou e priorizou as cadeias produtivas em todas as regiões do Estado. Estas cadeias foram selecionadas levando em consideração a sua importância para a geração de emprego e o potencial de desenvolvimento e integração regional.

O Tocantins abriga parte significativa da biodiversidade brasileira, contemplando os biomas Cerrado e Amazônico, uma quantidade expressiva de água doce, de áreas agricultáveis, de recursos minerais e superfície com alta insolação. Esses fatores conjugados fazem do Tocantins um exemplo potencial de sustentabilidade, isto é, a grande possibilidade de se usar os recursos naturais a favor do desenvolvimento, sem esgotá-los.

As ações projetadas nesta Proposta para a área de desenvolvimento social, especialmente, aquelas que ampliam as oportunidades de educação e formação profissional, guardam estreita relação com o desenvolvimento econômico, pois responderão pelo mais importante dos insumos para o progresso que é o cidadão devidamente qualificado.

Para o Governo, entretanto, o desenvolvimento não basta apenas ser sustentável, mas, principalmente, incluyente, se concentrando no cerne de suas ações, que é o ser humano. Para fazer com que estes dois objetivos sejam alcançados de modo simultâneo, o Governo investirá fortemente nas seguintes ações:

AGRONEGÓCIO:

Graças ao agronegócio é que o Produto Interno Bruto do Tocantins mais que dobrou sua participação no PIB brasileiro. O diferencial a ser estimulado pelo Governo para os próximos anos é aumentar progressivamente o valor agregado daquilo que é aqui produzido. Precisamos não apenas aumentar nossa produção de soja, que atualmente é de 939 mil toneladas, mas industrializá-la. Os seus subprodutos, como o óleo, farelo e outros têm efeito multiplicador de empregos, produção e receitas.

Avançamos na fiscalização zoofitossanitária, que rendeu ao Tocantins a categoria de Estado livre de febre aftosa. Isso tem permitido que a carne

produzida no Estado seja exportada para países da Europa, Ásia e América do Norte. O desafio que se impõe ao nosso crescimento é tornar mais eficiente a fiscalização dos produtos de origem vegetal e animal, com a instalação de mais barreiras fixas e outras barreiras móveis de fiscalização, além de diversificar a produção de subprodutos a partir da carne bovina, gerando, igualmente, mais postos de trabalho, produção e receitas.

O Governo Carlos Gaguim acredita que o Tocantins pode e deve ocupar um espaço cada vez mais significativo no mundo em uma questão que vem ganhando notoriedade nos últimos anos: a produção de alimentos. Nosso Estado reúne todas as condições necessárias para ser competitivo neste mercado, pois dispõe de cinco milhões de hectares aptos para a agricultura, recursos hídricos capazes de fornecer irrigação e uma infraestrutura logística que pode transportar a produção por quatro modais diferentes: rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário.

Para efetivar o aumento na produção de alimentos no Tocantins, impulsionando a exportação e agregando valor à produção, este Governo investirá fortemente no funcionamento dos quatro maiores projetos hidroagrícolas do Estado: Manuel Alves, Sampaio, São João e Formoso.

AGRICULTURA FAMILIAR:

Os pequenos produtores rurais, verdadeiros sustentáculos da cadeia produtiva do campo, responsáveis pela produção da maioria dos alimentos que consumimos, merecem, nesta Proposta de Governo, especial atenção de Carlos Gaguim, que, além de guardar alinhamento as políticas exitosas desenvolvidas pelo Governo Federal nos últimos anos, tal como o Território da Cidadania, dará prioridade entre outras, as seguintes ações:

- ✓ Doação de área para a Construção do Centro de Formação da Agricultura Familiar, em Palmas;
- ✓ Prestação de consultoria e assessoria técnica e concessão de Cheque Moradia para os programas de habitação rural, sendo a 1^a

fase nos Municípios de Axixá, Esperantina, Nazaré, Dianópolis e São Bento do Tocantins;

- ✓ Intensificação das ações de combate à seca, especialmente com a construção de represas e cisternas nas comunidades rurais;
- ✓ Apoiar, em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Tocantins, a realização de Feiras da Agricultura Familiar;
- ✓ Fomentar a Produção Familiar mediante concessão de uso de tratores e equipamentos às associações de pequenos produtores;
- ✓ Criar, na estrutura da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Superintendência de Agricultura Familiar;
- ✓ Reparar os escritórios do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins;
- ✓ Firmar acordos de cooperação com a FETAET e outras entidades representativas do setor.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

As políticas e ações do Governo relativas ao desenvolvimento da indústria e do comércio contemplarão a desconcentração de incentivos aos investimentos, de modo que todas as regiões do Estado sejam beneficiadas, pois a finalidade do desenvolvimento econômico é reduzir as desigualdades regionais.

Pólos de Desenvolvimento Regionais terão integração com as plataformas multimodais ao longo da Ferrovia Norte-Sul, de modo a possibilitar o uso sinérgico dos recursos a serem despendidos com a exportação de serviços e importação de insumos.

A indústria da mineração tem potencial de crescimento que pode ser estimulado de maneira sustentável. Por isso, o Governo criou incentivos fiscais específicos para esta atividade, que resultou na instalação de indústrias, como a Itafós em Arraias, que produzirá e distribuirá fertilizantes fosfatados. As grandes quantidades de minério de ferro

existentes no nosso Estado, cerca de 159 bilhões de toneladas, também devem ser encaradas como um potencial atrativo aos investimentos.

Em Palmas, o Governo intensificará a política de atração de empresas e indústrias para continuar o crescimento que tem acontecido na Capital.

LOGÍSTICA:

A localização geográfica e a infraestrutura de transporte integrada fazem do Tocantins um dos Estados estratégicos para a produção e distribuição de todos os tipos de produtos. Uma das ações que irá contribuir significativamente para consolidar a integração logística do Tocantins é a construção do Porto de Praia Norte, na região do Bico do Papagaio, cujas obras já foram iniciadas.

Com investimentos privados da ordem de R\$ 372 milhões, o Porto de Praia Norte será uma alternativa para o escoamento da produção industrial da Zona Franca de Manaus. Representará tanto uma economia de tempo e de recursos financeiros no transporte da produção da Zona Franca de Manaus para o restante do país quanto será responsável por estimular o aumento da produção de alimentos, especialmente na região do Bico do Papagaio, onde está instalado o Projeto Hidroagrícola Sampaio.

Além do porto, outro empreendimento de grande porte será instalado no município de Praia Norte, que é o entreposto da Zona Franca de Manaus, em avançada fase de negociação com o Governo do Amazonas.

A Hidrovia Araguaia-Tocantins, quando totalmente concluída, possibilitará a chegada de mercadorias ao oceano Atlântico, por meio da navegação pelo rio Tocantins a partir da região central do Estado.

Instalar no Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, em Palmas, serviços de alfândega é outra prioridade deste novo Governo. Dotar este aeroporto de capacidade para transportar cargas é fundamental para consolidar o modal aeroviário de transporte e facilitar o escoamento da produção da região de Palmas.

Para o Desenvolvimento Econômico, algumas ações que serão executadas pelo novo Governo Carlos Gaguim merecem destaque:

- ✓ Fortalecer os principais Projetos Hidroagrícolas do Estado, como: São João, Manuel Alves, Sampaio e Formoso, a fim de aumentar a produção de alimentos e gerar mais 1.500 empregos diretos;
- ✓ Construir centros de Comercialização e Distribuição de Alimentos-CEASA nos municípios de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Natividade, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional;
- ✓ Criar o Projeto Tocantins Peixe, para estimular a produção de 250 mil toneladas de peixe por ano, em tanques-rede nos lagos de Lajeado, São Salvador e Peixe;
- ✓ Implantar projeto de Piscicultura no Rio Palmeiras, com capacidade de produção de cinco mil toneladas de peixe por ano;
- ✓ Implantar Pólos Regionais de Distribuição de Calcário para reduzir custo nos insumos agrícolas utilizados pelos os pequenos produtores rurais;
- ✓ Melhorar o rebanho bovino do Estado, com inserção tecnológica para os produtores organizados em associações e cooperativas, incentivando a prática de inseminação artificial na pecuária tocantinense;
- ✓ Incentivar o Associativismo e Cooperativismo dos produtores rurais em áreas de assentamentos, promovendo a integração das comunidades rurais, a fim de aumentar a produção;
- ✓ Implantar o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS, de 375 milhões de dólares, para fortalecer sistema de transporte, sistema produtivo, infraestrutura produtiva, gestão administrativa e conservação ambiental;
- ✓ Construir e/ou reformar de 76 unidades de serviços locais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TOCANTINS, para atender melhor os produtores rurais;
- ✓ Construir 30 barreiras fixas nas divisas interestaduais, para melhorar a fiscalização de trânsito de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

- ✓ Informatizar as unidades de serviço da ADAPEC/TOCANTINS nos 139 municípios;
- ✓ Construir um laboratório de inspeção estadual para realização de exames em animais, vegetais e alimentos, em Palmas;
- ✓ Pavimentação asfáltica de 450 Km de rodovias estaduais para interligar 15 municípios à malha do Estado;
- ✓ Restaurar e conservar 1.600 Km da Malha Pavimentada Estadual existente;
- ✓ Garantir a construção das eclusas de Lajeado e Estreito com apoio do Governo Federal e parceria com a iniciativa privada;
- ✓ Consolidar a infraestrutura dos modais de transportes, hidrovias, ferrovia, rodovia e aerovia no Tocantins;
- ✓ Consolidar a infraestrutura básica de acesso aos Pátios Multimodais da Ferrovia Norte-Sul;
- ✓ Duplicar as três rodovias que dão acesso a Palmas: TO-010 (Palmas-Lajeado), TO-050 (Palmas-Porto Nacional) e TO-080 (Palmas-Paraíso do Tocantins), num total de 170 Km;
- ✓ Concluir as pontes sobre o Rio Tocantins em Lajeado e Barra do Ouro e sobre Rio Araguaia em Xambioá;
- ✓ Melhorar as rodovias vicinais com pavimentação e construção de pontes e bueiros, através do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado – PDRIS;

GESTÃO PÚBLICA:

Quando colocou seu nome à disposição da Assembleia Legislativa para a eleição indireta, Carlos Gaguim apresentou uma proposta de Governo que, no tocante à gestão pública, apontava, dentre outras, as seguintes ações: acesso a informações e indicadores da gestão pública – criação do Portal da Transparência e disponibilização de acesso ao SIAFEM aos Parlamentares; garantia de correção salarial aos servidores públicos; reestruturação dos vencimentos dos policiais e bombeiros militares; estabelecimento de percentual legal de cargos comissionados a serem

ocupados por servidores de carreira; redimensionamento e reforma da estrutura administrativa.

Das medidas proposta, até o momento, apenas a reforma da estrutura administrativa ainda não foi executada. Como sabido, a estrutura administrativa está diretamente ligada à estrutura de cargos de natureza especial e comissionados. Contudo, como é de conhecimento público, os cargos comissionados foram recentemente declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista o disposto no Planejamento Estratégico, bem como a determinação deste novo Governo em alcançar os objetivos de diminuir as desigualdades sociais e regionais, é imprescindível empreender a reestruturação da máquina administrativa, tornando-a mais ágil, eficiente, e, conseqüentemente, dotando o Governo de capacidade de resolver os problemas cotidianos do cidadão.

Redefinida a estrutura administrativa, competirá ao Governo proceder à constitucionalização das relações funcionais, consoante as disposições do Supremo Tribunal Federal que determinaram a realização de concursos públicos.

Para que os certames possam ser realizados, o Governo desde já determinou um amplo estudo com o objetivo de definir as diretrizes para o dimensionamento da força de trabalho necessária para garantir a sustentabilidade e a continuidade da prestação dos serviços públicos.

Serão aprimorados os mecanismos de acesso a informação sobre os gastos e os atos da gestão governamental, possibilitando aos cidadãos o acompanhamento, em tempo real, das atividades administrativas e financeiras. No novo Governo, o “Portal da Transparência” será reformulado de modo a atender de maneira mais simples e rápida as necessidades de informação das organizações e indivíduos.

O Governo investirá fortemente na capacitação dos seus quadros, na informatização dos serviços e nos serviços de atendimento rápido aos cidadãos.

Além das referidas orientações voltadas à Gestão, teremos ainda no Governo Carlos Gaguim o incremento nos esforços para a captação de recursos interna e externamente, a busca do superávit fiscal das contas públicas, notadamente na eficiência da arrecadação dos tributos e

contenção das despesas com a manutenção da máquina administrativa, objetivando o cumprimento de todos os limites objeto da Lei de Responsabilidade Fiscal.